

**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA UNILAB:
a experiência do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática****AFRO-BRAZILIAN, AFRICAN AND INDIGENOUS HISTORY AND CULTURE AT
UNILAB: an experiment of the Nature Sciences and Mathematics Graduation Course**Elcimar Simão Martins¹
Pedro Henrique Ferreira de Oliveira²**RESUMO**

O artigo objetiva compreender o impacto das práticas educativas que abordam a História e a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na formação inicial de professores em uma universidade que desenvolve cooperação internacional com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP, além do asiático Timor Leste. Para tanto, faz uma sistematização de ações que buscam a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, vinculado a UNILAB. O estudo possui abordagem qualitativa e se utilizou de análise documental e entrevista com estudantes. Os resultados revelam a necessidade de continuar investindo econômica e pedagogicamente nas políticas afirmativas e de resgate da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com vistas à formação de docentes preparados para trabalhar com as diversidades em contextos multirraciais e pluriétnicos.

PALAVRAS-CHAVE: Leis 10.639/03 e 11.645/08; Formação de professores; Ciências da Natureza e Matemática

ABSTRACT

The article aims to understand the impact of educational practices which address Afro-Brazilian, African and Indigenous History and Culture at the initial teacher training of a university that develops international cooperation with Portuguese-speaking as official language African countries - PALOP, besides East Timor. For this purpose, it makes a systematization of actions which pursue the establishing of laws 10.639/03 and 11.645/08 in the scope of Nature Sciences and Mathematics Graduation Course, bound to the UNILAB. The study has got qualitative approach and has used documental analysis and students' interviews. The results showed the necessity of continuous investing, economic and pedagogically, on affirmative policies and of rescuing Afro-Brazilian, African and Indigenous History and Culture, for the formation of well-prepared teachers to work with diversities in multiracial and multi-ethnic contexts.

KEY WORDS: Laws 10.639/03 and 11.645/08; Teacher training; Nature Sciences and Mathematics

DOI: 10.21920/recei7201738309321

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7201738309321>

¹ Doutor e mestre em Educação, especialista em Ensino de Literatura Brasileira e em Gestão Escolar. Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: elcimar@unilab.edu.br

² Discente do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, com Habilitação em Física na UNILAB. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Coordenador do Grupo de Ensino, Pesquisa e Popularização da Astronomia e da Astrofísica (GEPPAA) da UNILAB. E-mail: pedroh@aluno.unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das comunidades e civilizações, sobretudo aquelas que sofreram o colonialismo por parte das grandes potências econômicas se deu a partir de inúmeros processos de poder, evidenciando a sobreposição de culturas e perspectivas em detrimento da identidade do outro.

A formação humana sofreu e sofre por diversos fenômenos, dentre eles, destacamos a questão política, que interfere diretamente nos currículos, o qual muitas vezes não contempla e não traduz de fato a realidade, sobretudo quando a temática é História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. O resultado disso são grupos de pessoas formados sob uma ótica de História única, desconhecendo as diversas perspectivas dos povos, favorecendo a continuidade de preconceitos na sociedade.

Situações como essa são comuns de tal maneira, que muitas vezes são vistas como normais. É preciso, no entanto, compreender que o processo de desconstrução de conceitos e ideias, aliado ao processo de conscientização da importância do resgate dos processos históricos envolvendo o desenvolvimento da história e cultura das minorias não é algo simples.

O Brasil tem o maior número de afrodescendentes fora do continente africano, mas carece de informações adequadas sobre a base de sua formação, ou seja, “as lutas e realizações dos herdeiros das tradições culturais africanas, do passado até os dias atuais” (LOPES, 2011, p. 38).

Com isto em mente, uma possibilidade para amenizar o problema seria investir na valorização da identidade afro-brasileira e da herança africana e indígena logo nos anos iniciais de escolarização. Para que isto ocorra é importante investir na formação inicial de docentes, oferecendo-lhes subsídios para discutir tais temáticas em sala de aula. Deste modo, esta pesquisa se mostra relevante por buscar evidenciar a importância da inserção destes conteúdos em um currículo voltado para a formação de profissionais amplamente qualificados.

O trabalho busca compreender o impacto das práticas educativas que abordam a História e a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na formação inicial de professores em uma universidade que desenvolve cooperação internacional com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, além do asiático Timor Leste.

O estudo aqui descrito possui uma abordagem qualitativa e se utilizou de análise documental e entrevistas com seis discentes do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática da Unilab, que se dispuseram a relatar suas experiências com disciplinas que dialogam com as temáticas da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena.

Além da introdução e da conclusão, o artigo está dividido em quatro tópicos, quais sejam: **1 Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a dicotomia entre o escrito e o vivido**, apresenta as referidas leis como uma conquista para as políticas afirmativas e problematiza o preconizado e o que se tem efetivado; **2 A Unilab e seu diferencial de cooperação internacional**, desvela a Unilab como ambiente formativo preocupado com as questões histórico-sociais das diversidades; **3 O CNeM como possibilidade de mudanças formativas a partir da interculturalidade**, discute sobre um curso de formação de professores com caráter e currículo diferenciados e o necessário diálogo com a diversidade étnico-racial; **4 Perspectivas para uma educação das relações étnico-raciais**,

traz os relatos de estudantes sobre as implicações de um currículo diferenciado para práticas pedagógicas voltadas às diversidades etnorraciais.

LEIS 10.639/03 E 11.645/08 E A DICOTOMIA ENTRE O ESCRITO E O VIVIDO

A adoção de ações e de políticas afirmativas que promovam a diversidade, seja ela qual for, é recente no Brasil, visando à criação de “igualdade de oportunidades para grupos e populações socialmente excluídas, essas ações preveem um tratamento diferenciado na sua execução, objetivando uma maior inserção na educação, no sistema de saúde e no mercado de trabalho.” (SANTOS, 2012, p. 2).

Com o passar dos anos, após incontáveis movimentos políticos e de resistências, algumas vitórias foram alcançadas e direitos foram assegurados à diversidade cultural, etnorracial, religiosa, política, entre outras. Resultados disso são a criação e implementação de leis, como a 10.639/03 e a 11.645/08. Um leitor mais atento reconhece que os citados dispositivos legais estão intimamente correlacionados aos processos educativos.

A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, estabelecendo a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira na Rede de Ensino. A referida lei estabelece que durante o ensino fundamental e médio os estudantes devem ter contato obrigatório com discussões sobre a temática já mencionada, fazendo então com que seja debatida a “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”, conforme o Art. 26-A, § 1º (BRASIL, 2003). A lei faz menção ainda à inclusão de uma data no calendário escolar, o 20 de novembro, como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. É importante ressaltar que não basta um dia de consciência negra, com comemorações caricatas nas escolas, mas sim buscar compreender a luta do movimento negro e refletir sobre o respeito ao outro independente de sua cor. Afinal,

somente conhecendo bem as sociedades africanas, suas histórias e os processos que nos ligam a elas, assim como desvendando as noções por trás da construção histórica e ideológica dos preconceitos contra o africano e o negro, teremos condições de analisar com consistência as manifestações afro-brasileiras e o lugar que os africanos e seus descendentes ocuparam no passado e ocupam no presente, no contexto da sociedade brasileira como um todo (SOUZA, 2012, p. 22).

É importante reiterar que leis de inclusão e políticas afirmativas quando aplicadas ao longo do processo formativo têm maiores possibilidades de mudanças de paradigmas, favorecendo a educação de cidadãos críticos e comprometidos com a justiça social.

A lei 11.645, de 10 de março de 2008, vem para complementar a lei anterior, no intuito de inserir a História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo obrigatório do Ensino Fundamental e Médio de todo o país. Esta lei, em seu primeiro artigo, evidencia os conteúdos programáticos a serem trabalhados durante a escolarização, quais sejam:

aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da

África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

Ambas as leis são previstas de se efetivarem principalmente durante as aulas de disciplinas relacionadas às áreas de Educação Artística, Literatura e História. Compreendemos, porém, que as temáticas são necessárias à formação inicial de docentes independentemente de sua área de atuação.

Embora as leis 10.639/03 e 11.645/08 já estejam em vigor a catorze e a nove anos, respectivamente, sua implementação ocorre de modo inconsistente, pois entre aquilo que é escrito (idealizado) e vivido (concretizado) há um distanciamento, uma vez que a maioria dos profissionais da educação que exercem o magistério não tiveram contato com essa temática em sua formação inicial e/ou contínua, não possuindo portanto, aptidão para desenvolver seguramente esses tópicos em sala de aula.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) mostra seu diferencial ao inserir conteúdos dessa natureza no currículo de seus cursos, possibilitando uma geração de profissionais com uma bagagem um pouco mais sólida para efetivar de fato aquilo que está idealizado nas leis aqui discutidas.

A UNILAB E SEU DIFERENCIAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Até os dias atuais muitos estudos se concretizaram sobre o desenvolvimento das universidades no país, sendo permeadas inúmeras interpretações, abordando assim sua história e seus impasses teórico-metodológicos, visando alternativas de mudanças de concepções centradas na realidade contextual das instituições (FÁVERO, 2006). Decerto, é preciso compreender o contexto de criação para se entender todos os trâmites envolvidos em uma Instituição de Ensino Superior, que no caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), esse contexto nos remete a uma viagem no tempo, de volta ao período colonial quando os povos europeus adentraram as terras da América Latina, visando obter as riquezas naturais.

Por aproximadamente três séculos o tráfico de escravizados oriundos do continente africano foi um fenômeno constante nas terras do Brasil e a escravidão se tornou a principal mão de obra para o cultivo das fazendas e da mineração, por exemplo. A migração de europeus e a vinda forçada de africanos impactaram os alicerces culturais do país. Houve um processo de colonização não somente do corpo, mas também da mente, na busca de converter os povos nativos e africanos à cultura e aos dogmas de origem eurocêntrica (RODRIGUES, 2012).

O resultado desse largo processo de colonização é que o Brasil se constitui, atualmente, como um país multirracial e pluriétnico, e por isso é preciso valorizar os processos e culturas que o originaram e o delinearão. Políticas de valorização e resgate da história e cultura africana foram conseguidas a largas batalhas, como as leis 10.639/03 e 11.645/08. Saraiva (2002, p. 4) afirma que “a África não pode ser tratada como algo fora da sociedade brasileira, em torno da qual apenas resta observá-la, de binóculos, à distância marítima dos dois continentes”, uma vez que nossa matriz cultural, religiosa e de currículo é fruto de um hibridismo contextualizado sobre uma larga faixa temporal.

É nessa perspectiva que, sob a Lei N.º 12.289, de 20 de julho de 2010, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada, sendo-lhe conferida a natureza de autarquia junto ao Ministério da Educação (MEC), durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A Unilab surge “em um contexto de cooperação Sul-Sul e, portanto, como instrumento de superação de desigualdades, de resgate de aprendizagens decorrentes do passado colonial e de construção de um futuro autônomo” (UNILAB, 2010, p. 26-27). A instituição nasce com o objetivo de resgatar a histórica dívida com os povos africanos, preconizando o respeito às diferenças em todas as suas atividades.

A Unilab atualmente conta com quatro *campi*. Três deles estão no Ceará: dois no município de Redenção e um em Acarape. O outro *campus* está localizado em São Francisco do Conde (Bahia). A instituição possui sua gênese centrada na integração entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em especial os do continente africano e o asiático, Timor Leste. Nesse sentido, a Unilab conta um total de 4.726 estudantes, sendo 3.398 em cursos presenciais de graduação. Do total de estudantes em cursos presenciais, 2.510 são brasileiros e 888 são oriundos de países parceiros, assim distribuídos: 540 de Guiné Bissau; 91 de Cabo Verde; 81 de São Tomé e Príncipe; 81 de Angola; 69 de Timor Leste e 26 de Moçambique (UNILAB, 2016).

A citada universidade se traduz nos princípios de apoio e ajuda mútua, objetivando criar e consolidar espaços de formação, produção e disseminação do conhecimento com relevância social, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos demais países parceiros “por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural, compromissados com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente” (UNILAB, 2014, p. 2).

A interdisciplinaridade, a flexibilização do currículo, o diálogo intercultural e a interação teoria-prática são os eixos norteadores da política de ensino e funcionamento da Unilab, compreendendo “a educação a partir da contextualização do homem em sua história e realidade social” (UNILAB, 2014, p. 3). O diferencial da Unilab é, portanto, seu caráter e vocação de desenvolver a cooperação solidária a partir de áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países parceiros, como formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão e saúde pública, por exemplo. (UNILAB, 2014).

É válido ressaltar que na instituição, o debate sobre o respeito à diversidade não fica restrito ao ensino, alargando-se para a pesquisa e a extensão. Como exemplo, citamos o Grupo de Pesquisa e Extensão Educação e Cooperação Sul-Sul (Eloss), que ancorado no princípio da Educação como direito humano desenvolve ações comprometidas com a cooperação solidária e o respeito às culturas e às diversidades. Atualmente, o grupo desenvolve quatro projetos de extensão e dois de pesquisa, que dialogam com as seguintes temáticas: educação das relações étnico-raciais; mediação de conflitos, redução da indisciplina e da violência na escola; Educação de Jovens e Adultos; diálogos interculturais, movimentos sociais e juventudes; estágio supervisionado e construção da profissionalidade.

O CNEM COMO POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS FORMATIVAS A PARTIR DA INTERCULTURALIDADE

Na região do Maciço de Baturité, localizado no estado do Ceará, observa-se uma realidade presente em todo o país, que são os problemas relacionados à formação docente, uma vez que há professores ministrando aulas de disciplinas que não são a de sua formação em nível superior. A situação no quadro das Ciências Exatas e da Terra é ainda mais alarmante, haja vista

que a formação de professores nessas áreas é mais escassa e defasada, pois “o que muito se vê são profissionais de determinada área lecionando em outra na qual não têm formação em nível superior” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MARTINS, 2016, p. 306). Tal realidade contribui para um possível *déficit* de aprendizagem nos estudantes, uma vez que o docente não possui uma bagagem consolidada sobre as temáticas ali trabalhadas.

Com esta premissa no plano de fundo contextual, foi desenvolvido e fundamentado um curso que permitisse, mesmo que parcialmente, amenizar essa discrepância existente nas escolas do Maciço de Baturité. O curso de Ciências da Natureza e Matemática (CNeM), modalidade Licenciatura presencial de caráter trimestral, em um regime integral de funcionamento, vinculado ao Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) foi criado e instaurado em 2010. O curso em questão visa à formação de pessoas que contribuam “[...] com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (BRASIL, 2010, p. 1).

O CNeM foi desenhado de modo a preparar um quadro de futuros docentes com uma formação sólida em Ciências da Natureza e Matemática para o Ensino Fundamental, bem como uma habilitação específica para atuar no Ensino Médio em uma das seguintes disciplinas: Física, Matemática, Química ou Biologia. A premissa do curso consiste em formar profissionais capazes de refletir, analisar e ressignificar sua ação pedagógica, isto é, de construir e reconstruir sua *práxis* docente pelo viés da autonomia e da reflexão (UNILAB, 2014).

Analisando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em questão, o documento faz um panorama geral para justificar a relevância do curso e também descreve em pormenores o currículo que se pretende desenvolver ao longo de quatro anos de graduação. Restringindo o mesmo à seara de conhecimentos que pretendemos trabalhar, vamos nos ater a uma breve análise documental do que se prescreve sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no decorrer da citada formação inicial.

No PPC do CNeM encontramos duas disciplinas em que o conhecimento acerca da educação das relações étnico-raciais é abordado e esclarecido de modo direto: Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos e Tópicos de Interculturalidade nos Espaços Lusófonos, ambas com uma carga horária de 40 horas dedicadas à história, cultura e diáspora africana.

A disciplina de Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos, busca fazer uma abordagem histórica desde a época em que os povos europeus chegaram ao Brasil, sobre como isso afetou o intercâmbio no setor econômico e cultural e suas consequências, bem como o tráfico de escravizados oriundos do continente africano. As discussões atreladas à disciplina em questão buscam evidenciar a construção da nação brasileira como fruto do trabalho de índios e negros e os processos socioculturais e de libertação que a seguiram.

A disciplina de Tópicos de Interculturalidade nos Espaços Lusófonos, busca explorar as diferentes temporalidades do processo colonial, dando ênfase às práticas culturais e manifestações concretas oriundas do processo de ocupação, de um ponto de partida documental de escritos teóricos de natureza histórico-cultural, em que mudanças, permanências e intermitências de crenças e valores no interior das sociedades sejam o cerne.

Em ambas as disciplinas evidenciam-se a importância de se conhecer personalidades e suas contribuições e em qual contexto as mesmas aconteceram. Estudos de biografias, entrevistas, livros e periódicos são estimulados ao longo das aulas. Isso revela a importância de ao abordar

temáticas relacionadas à África ultrapassar os aspectos negativos alardeados pela mídia e se voltar para “as características culturais e formas de organização social e política próprias, os processos históricos tanto internos quanto pertinentes à sua relação com outros continentes, seja com as sociedades ocidentais, seja com as orientais.” (SOUZA, 2012, p. 23).

Durante as entrevistas, indagamos aos seis estudantes do CNeM sobre as disciplinas que ao longo do curso retrataram de forma direta e/ou indireta a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Todos os sujeitos entrevistados citaram as disciplinas Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos e Tópicos de Interculturalidade nos Espaços Lusófonos, conforme retrata o excerto a seguir:

O curso de Ciências da Natureza e Matemática, assim como todos os demais cursos da Unilab possuem duas disciplinas para tratar da história e cultura de África, são elas: Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos e Tópicos Interculturais nos Espaços Lusófonos (Estudante 05).

É importante reiterar, no entanto, que estas duas disciplinas não são as únicas em que os conhecimentos acerca da educação das relações étnico-raciais podem ser postos em pauta de discussão e diálogo. Os trechos abaixo revelam que

Nas disciplinas de Didática: epistemologia da intervenção docente e de Didática das Ciências e da Matemática foram discutidos os conteúdos das leis 10.639/03 e 11.645/08 de forma indireta por meio de uma abordagem interdisciplinar entre as diferentes áreas que o meu curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática abrange, as quais são Física, Matemática, Biologia e Química. (Estudante 03).

Lembro que na Iniciação ao Pensamento Científico o professor passou seminários para fazermos pesquisa sobre os países de língua oficial portuguesa, e nos possibilitou conhecer um pouco da realidade à época (Estudante 04).

Os excertos revelam a importância do trabalho interdisciplinar nos cursos de formação de professores, possibilitando não apenas a mudança “do foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.” (BRASIL, 2004, p. 8).

No PPC do CNeM não há uma disciplina específica para discutir a História e Cultura Indígena, embora a temática seja trabalhada por docentes das disciplinas de Didática, Práticas Educativas e Estágio Supervisionado, conforme também revelam os sujeitos abaixo:

Quanto à história e cultura indígena, não há nenhuma disciplina específica para tal, mas nas disciplinas pedagógicas vez ou outra os professores buscam tratar desses assuntos, que são de fato muito importantes, pois nos fazem compreender um pouco mais da nossa própria história e da história dos nossos antepassados, que moldaram o que chamamos hoje de sociedade miscigenada brasileira (Estudante 05).

A única disciplina que a gente foi conhecer uma escola indígena foi no Estágio supervisionado VI (Estudante 01).

³ Os sujeitos serão apresentados ao longo do texto como Estudante “X” para garantir o anonimato.

Uma disciplina de Práticas Educativas integrada com uma disciplina de Estágio nos proporcionou conhecer uma escola indígena em Aratuba (Estudante 04).

De modo distinto dos demais sujeitos, o estudante 02 afirma “nunca tive contato com a cultura indígena”. Ele alega ainda que “a Unilab falhou, achando que o brasileiro já sabe sua cultura, e falha também porque se há estrangeiros é importante que os mesmos conheçam a cultura brasileira”, evidenciando que o processo de troca de saberes não pode ser unilateral.

O estudo da diversidade de grupos socioculturais favorece a compreensão das “relações entre os saberes e conhecimentos vivenciados por sujeitos de diferentes culturas, reconhecendo e legitimando os saberes de grupos sociais historicamente marginalizados, negados ou subalternizados” (CANDAU et al., 2013, p. 37).

É válido ressaltar que na atual versão do PPC, aprovada no final de 2016 consta a inclusão da disciplina Educação Escolar Indígena como optativa. Para além das disciplinas curriculares, um dos sujeitos afirmou que

o que me permitiu uma visão mais aprofundada foram os projetos de extensão e de iniciação à docência, que possuem uma temática mais voltada a essas amplas possibilidades de resgate e formação do povo brasileiro (Estudante 04).

Os sujeitos ressaltam que há disciplinas específicas para tratar da história e cultura africana, mas não há o mesmo em relação à questão indígena. As experiências relatadas revelam que a formação inicial tem sido palco em maior ou menor proporção para discussões em relação às Leis 10.639/03 e 11.645/08. Isso desvela duas possibilidades: i) o diálogo e a implementação de políticas públicas que focalizem os sujeitos injustiçados e discriminados por questões étnorraciais, e ii) a importância da educação intercultural na construção de uma sociedade comprometida com a democracia e a integração de distintos grupos (CANDAU et al., 2013).

PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática em seu contexto interdisciplinar é voltado para a formação de um docente amplamente preparado para inúmeras situações durante o processo de ensino e aprendizagem. Faz-se interessante então compreender o que concebem os estudantes sobre as influências que a graduação lhes está implicando sobre suas bases teórico-metodológicas a fim de prover possibilidades formativas para trabalhar a História e a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em sala de aula com estudantes da Educação Básica.

O próprio fato da existência da Unilab, com seu currículo e sujeitos diferenciados é evidenciado como um ponto extremamente positivo, pois

eu não consigo perceber registros de outras Universidades que trabalhem essa sensibilização e essa desconstrução do que a história tanto prega de forma errônea sobre a evolução dos processos de civilização da própria sociedade contemporânea como um todo (Estudante 04).

Embora a Unilab seja singular em sua missão de integração internacional e desenvolvimento regional, as discussões sobre as políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras não é tão recente e começou com o lançamento de “uma proposta de cotas para negros e vagas para índios na Universidade de Brasília” (CARVALHO, 2006, p. 61).

Através dos depoimentos dos estudantes podemos compreender que a formação inicial de professores aliada à emancipação de conhecimentos sobre a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena presente no currículo poderá

auxiliar muito, exatamente porque já chegamos preparados, com a mente aberta, tendo consciência de que não vamos encontrar apenas um tipo de estudante em sala de aula, mas sim vários estudantes, várias situações diferentes, várias realidades diferentes (Estudante 02).

O estudante revela a importância de compreender e valorizar as diversidades que permeiam os diversos espaços-tempos que ocupamos. As disciplinas do currículo voltadas direta ou indiretamente para trabalhar essas temáticas se evidenciam e se traduzem como possibilidades para

Promover a igualdade de oportunidades entre estudantes de diferentes culturas além de refletir e possibilitar valorizar uma cultura que é nossa também, porque nós brasileiros somos caracterizados pela diversidade (Estudante 01).

Servir de instrumento para levar em pauta esses assuntos em sala de aula e mostrar aos meus futuros estudantes a importância que esses povos tiveram e que ainda tem em nossa nação (Estudante 05).

Resgatar durante todo o exercício da minha profissão docente algumas das metodologias adotadas, especialmente nas disciplinas de Didática, à minha prática pedagógica, visando cumprir o esperado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 (Estudante 03).

As falas dos estudantes revelam a necessidade de investimentos para que tenham uma excelente formação em sua área específica, mas também “recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las” (BRASIL, 2004, p. 17).

Os sujeitos reiteram a importância de se problematizar a respeito das leis 10.639/03 e 11.645/08 nos cursos de formação inicial para que assim se possa ter

uma aprendizagem significativa por parte dos graduandos e uma proatividade dos mesmos em buscar conhecer mais os conteúdos históricos e culturais africanos, indígenas e afro-brasileiros (Estudante 03).

[...] a desconstrução, ter outros referenciais sobre a história de formação do povo brasileiro e de inclusive das independências dos PALOP. Quando você se sensibiliza de questões conceituais e principalmente de cunho racista e preconceituoso começa a perceber o quanto importante é ser protagonista de desconstrução de outras histórias que surgem no decorrer e no nosso convívio como um todo (Estudante 04).

Importante ressaltar que a Unilab e seu perfil diferenciado por si só não dá conta do universo que envolve a educação para as relações étnico-raciais. Afinal,

Para começarmos a defender alguma coisa é preciso primeiramente conhecê-la, não ter conhecimento sobre essas duas leis e nem de outro referencial da história dificulta um pouco e você acaba não conseguindo despertar de sua zona de conforto e perceber o quanto negamos uma história que foi tão importante para a construção do país (Estudante 04).

Não creio que essas duas disciplinas possa me capacitar de modo satisfatório a dominar pedagogicamente como esperado. Porém, me possibilita introduzir esses elementos na sala de aula (Estudante 06).

É preciso, portanto, continuar investindo econômica e pedagogicamente nas políticas afirmativas e no resgate da história e cultura da formação do Brasil para que tenhamos professores empenhados em combater práticas discriminatórias e “sujeitos da sua própria vida e da sua história e aprenderão a se posicionar politicamente (e não somente no discurso) contra toda a sorte de discriminação” (GOMES, 2011, p. 83).

Um dos avanços à formação de professores é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que na Unilab discute as diversidades culturais étnico-raciais, conforme evidenciado por um dos sujeitos:

a maior preparação que recebi no que diz respeito a como inserir os conteúdos previstos nas leis 10.639/03 e 11.645/08 em minha futura prática pedagógica não vieram de disciplinas curriculares, mas sim do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, no qual fui bolsista durante aproximadamente dois anos. Em nossas atividades, discutíamos muito sobre práticas e formas de trabalhar a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na escola em seus diferentes níveis e contextos (Estudante 03).

O trecho revela a importância do PIBID como alternativa para a universidade dialogar sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena com as escolas da Educação Básica. A fala de um dos estudantes reflete o papel social da formação docente, quando afirma que

seria bem interessante mostrar a estruturação e o modo de pensar das sociedades africanas (antigas e atuais) e das comunidades indígenas (antigas e atuais) e fazer um comparativo, mostrando como o colonialismo, o capitalismo e o catolicismo trouxeram grandes mudanças culturais a esses povos, ratificando assim a importância de preservar a identidade cultural do outrem (Sujeito 05).

A educação para as relações étnico-raciais, vivenciada em um curso de graduação, possibilitará ao futuro docente a consciência sobre seu papel formativo e, como formador de ideias, compreender a responsabilidade que tem sobre as futuras gerações, pois “na era da valorização do multiculturalismo e das diferenças os preconceitos podem ser superados ao mostrarmos as bases sobre as quais eles foram construídos, e que não se sustentam mais”

(SOUZA, 2012, p. 24). Assim, caminhamos para a desconstrução de questões de racismo e preconceito ainda tão impregnadas em nossa sociedade.

CONCLUSÃO

De imediato é conclusivo que políticas afirmativas da identidade cultural através do resgate histórico e social dos processos de construção das minorias se efetivam lentamente em nosso país, sobretudo pela falta de aportes teórico-metodológicos na formação pedagógica.

A pesquisa desenvolvida com discentes do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática (CNeM) da Unilab se mostrou como um subsídio capaz de compreender as diferentes concepções e perspectivas encontrados em um curso que preconiza a interdisciplinaridade, a flexibilização do currículo, o diálogo intercultural e a interação teoria-prática durante a formação inicial de professores.

As experiências relatadas revelam que: i) a formação inicial tem sido palco em maior ou menor proporção para discussões em relação às leis 10.639/03 e 11.645/08, sinalizando que há duas disciplinas específicas para tratar principalmente da herança africana na construção de nosso país; ii) não há disciplinas específicas que discutam a questão indígena no referido curso; iii) há algumas iniciativas pontuais, sobretudo de docentes vinculados às disciplinas da área pedagógica, que trabalham a educação das relações étnico-raciais de forma interdisciplinar; iv) há projetos de pesquisa, extensão e iniciação a docência discutindo as referidas temáticas; v) os estudantes se mostram sensíveis e desejosos de estudar as relações etnorraciais.

Não obstante a isso, faz-se necessário continuar a investir econômica e pedagogicamente para que se tenha uma geração capaz de compreender os processos histórico-sociais que desencadearam o Brasil como um país multirracial e pluriétnico, sendo imprescindível valorizar os processos e culturas que o originaram e o delinearão.

Por fim, concluímos que práticas pedagógicas preocupadas com o resgate da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena em um curso de formação de professores possuem maiores potencialidades de formar futuros docentes responsáveis sobre seu papel diante das futuras gerações, no que tange à desconstrução de conceitos pré-estabelecidos, bem como à valorização da convivência tolerante e respeitosa entre os diversos sujeitos e suas culturas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639**. Altera a Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

_____. **Lei 11.645/08**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Casa Civil, 2008.

_____. **Lei N.º 12.289**, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010.

CANDAU, V. M. F. et. al. **Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores/as**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CARVALHO, J. J. Ações Afirmativas como base para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-96

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar**. N 28, p. 17-36. Curitiba, 2006.

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Org.). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 67-89

LOPES, N. **História e Cultura Africana e Afro-brasileira**. 4. ed. São Paulo: Barsa Planeta, 2011.

OLIVEIRA, V. A.; OLIVEIRA, P. H. F.; MARTINS, E. S. Ensino de Ciências e Matemática: desafios/perspectivas de docentes da Unilab. In: FIALHO, L. M. F. et. al. **III SEPEMO - Seminário Estadual de Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**. Educação, Memórias e Narrativas. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 305-312.

RODRIGUES, A. L. Colonização da mente e eurocentrismo: reflexões sobre o lugar das literaturas africanas no Brasil. In: **Polifonia**. N 26, v 19, p. 90-100. Cuiabá, 2012.

SANTOS, J. T. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. N 234, v 93, p. 401-422. Brasília, 2012.

SARAIVA, J. F. S. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. N 45, p. 5-25. Brasília, 2002.

SOUZA, M. M. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. In: **Revista História Hoje**, v. 1, n.º 1, p. 17-28 - 2012.

UNILAB. **Diretrizes Gerais**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Redenção/CE, 2010.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências da Natureza e Matemática - Licenciatura**. Redenção/CE, 2014.

_____. **Unilab em números**. Diretoria de Registro e Controle Acadêmico - DRCA. Dados de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br>> acesso em 14 jan. 2017.

MARTINS, E. S.; OLIVEIRA, P. H. F. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena na UNILAB: a experiência do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática. **Revista Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 3, n.º 08, 2017.

Submetido em: Dezembro de 2016
Aprovado em: Abril de 2017